

Serviços

Lucas Sudbrack

PhD em Government and Public Administration. Bolsista de Bolsa Inova Talentos do CNPq - Nível C
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB
lucas.sudbrack@gmail.com

Luciano Feijão Ximenes

Doutor em Zootecnia. ETENE/BNB
lucianoximenes@bnb.gov.br

Alexandre dos Santos Carioca

Pós-graduação em Ciência de Dados e Big Data Analytics. MBA em Segurança da Informação
Bolsista de Bolsa Inova Talentos do CNPq - Nível G. ETENE/BNB
alexandre1carioca@hotmail.com

Larissa Yamile de Sousa Melo

Administração de Empresas. Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Bolsista de Bolsa Inova Talentos do CNPq - Nível G. ETENE/BNB
admyamile@gmail.com

Resumo: Em julho, o setor de serviços brasileiro ficou estável em volume, 0,0%, e cresceu apenas 0,1% em receita nominal frente a junho. Na comparação interanual, o volume desacelerou de 2,2% em junho para 0,9% em julho, enquanto a receita nominal passou de 8,8% para 7,1%. O acumulado de janeiro a julho atingiu 1,9% em volume e 7,5% em receita nominal. O quadro é consistente com a leitura da Febraban e do Banco Central de moderação da atividade sob condições financeiras restritivas. O PIB cresceu 0,5% no segundo trimestre, após 1,1% no primeiro, e o consumo das famílias caiu 0,4% na margem. O Copom reduziu a Selic para 14,00% ao ano em agosto, mas manteve a avaliação de que a política monetária precisa continuar restritiva devido às expectativas desancoradas, à inflação ainda elevada e aos riscos externos e fiscais. No Nordeste, o desempenho foi muito heterogêneo. Bahia e Rio Grande do Norte apresentaram as combinações mais favoráveis entre volume e receita. Sergipe, Paraíba e Piauí também exibiram indicadores acumulados positivos. Em contraste, Ceará, Alagoas, Maranhão e Pernambuco mostraram algum grau de fragilidade no volume real, mesmo quando a receita nominal permaneceu positiva.

Palavras-chave: Economia, nordeste, crédito, receitas, atividade.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE

Expediente: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE: Rogério Sobreira Bezerra (Economista-Chefe) Allisson David de Oliveira Martins (Gerente de Ambiente). Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais: Luciano F. Ximenes (Gerente Executivo), Biagio de Oliveira Mendes Junior, Fernando L. E. Viana, Francisco Diniz Bezerra, Jackson Dantas Coelho, Kamilla Ribas Soares, Maria de Fátima Vidal. Célula de Gestão de Informações Econômicas: Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo), Carlos Henrique Alves de Sousa, Márcia Melo de Matos, Gustavo Bezerra Carvalho (Projeto Gráfico), Breno Pereira Aragão, Sânia da Silva Costa (Bolsistas de Nível Superior). O Caderno Setorial ETENE é uma publicação mensal que reúne análises de setores que perfazem a economia nordestina. O Caderno ainda traz temas transversais na sessão "Economia Regional". Sob uma redação eclética, esta publicação se adequa à rede bancária, pesquisadores de áreas afins, estudantes, e demais segmentos do setor produtivo.

Contato: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Av. Dr. Silas Munguba 5.700, Bl A2 Térreo, Passaré, 60.743-902, Fortaleza-CE. <http://www.bnb.gov.br/etene>. E-mail: etene@bnb.gov.br

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte. SAC 0800 728 3030; Ouvidoria 0800 033 3030; bancodonordeste.gov.br

1 Conjuntura Nacional

1.1 Panorama econômico

A economia brasileira entrou no terceiro trimestre com sinais de acomodação. O PIB cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2026, abaixo do avanço de 1,1% do 1T2026. A indústria de transformação caiu 0,4%, a construção recuou 1,1% e o consumo das famílias diminuiu 0,4%; os serviços cresceram apenas 0,2%. Segundo a leitura da Febraban (2026b), os componentes mais sensíveis ao ciclo e às condições financeiras perderam dinamismo, enquanto agropecuária e indústria extrativa sustentaram parcela maior do crescimento. O mercado de trabalho ainda constitui um amortecedor. No 2T2026, a taxa de desocupação nacional foi de 5,4%, a população ocupada chegou a 103,06 milhões e o rendimento médio real habitual foi estimado em R\$ 3.738, com crescimento interanual de 2,8%. Entretanto, houve desaceleração da ocupação e dos rendimentos na margem, embora os salários reais ainda crescessem acima da produtividade (Bacen, 2026a; IBGE, 2026a). Na política monetária, o Copom reduziu a Selic para 14,00% ao ano em 5 de agosto. A decisão não significou normalização das condições monetárias: o Comitê destacou expectativas de inflação acima da meta, inflação pressionada pela demanda e necessidade de restrição por mais tempo. Suas projeções para o IPCA eram de 5,1% em 2026, 3,8% em 2027 e 3,2% no primeiro trimestre de 2028 (Bacen 2026a).

O comportamento da PMS de julho (IBGE, 2026c), é coerente com o processo de transmissão da política monetária descrito pelo Banco Central: juros elevados encarecem capital de giro, investimento e consumo financiado; reduzem a tolerância dos bancos ao risco; e elevam o serviço das dívidas. O Relatório de Política Monetária (Bacen, 2026b) registrou desaceleração do saldo de crédito, aumento dos pagamentos líquidos ao sistema financeiro, inadimplência alta e comprometimento de renda das famílias em 29,3%. A desaceleração dos serviços, portanto, não decorre de um colapso generalizado da demanda, mas de uma combinação de restrição financeira, perda de impulso do consumo e elevada heterogeneidade setorial. A robustez do trabalho e da renda real sustenta alimentação, serviços profissionais e parte dos serviços às famílias. Por outro lado, transporte aéreo, logística, atividades financeiras auxiliares e segmentos dependentes de financiamento enfrentam condições menos favoráveis (Bacen, 2026b; Febraban, 2026a; 2026b; IBGE, 2026a; 2026b). Enfim, em geral, os volumes de serviços recuaram e as receitas cresceram, caracterizando estagnação real com crescimento nominal moderado. O volume de julho ficou 20,0% acima do nível pré-pandemia, mas 0,2% abaixo do recorde alcançado em outubro de 2025. A variação interanual de 0,9% foi o 28º resultado positivo consecutivo, embora abaixo dos 2,2% de junho (Tabela 1).

Tabela 1 – Variação (%) de desempenho dos segmentos econômicos. Comparativo junho vs junho de 2026

Segmentos ou atividades econômicas	Índice de volume de serviços						Índice de receita nominal de serviços					
	mês/mesmo mês do ano anterior (M/M-12)		acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)		acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)		mês/mesmo mês do ano anterior (M/M-12)		acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)		acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	
	junho	julho	junho	julho	junho	julho	junho	julho	junho	julho	junho	julho
Serviços prestados às famílias	1,40	2,90	2,00	2,20	1,30	1,60	7,40	8,80	8,70	8,70	8,70	8,90
Serviços de informação e comunicação	9,50	4,60	6,80	6,50	5,90	5,90	12,00	7,20	9,30	9,00	8,10	8,10
Serviços profissionais, administrativos e complementares	3,00	2,60	2,40	2,40	2,70	2,60	8,90	7,90	8,80	8,60	9,00	8,90
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-2,50	-2,70	-1,10	-1,40	1,00	0,40	8,10	6,90	5,70	5,90	6,00	6,00
Outros serviços	-1,60	-1,60	0,20	-0,10	0,70	0,70	4,30	4,20	6,10	5,80	6,70	6,70

Fonte: adaptado pelos autores de IBGE (2026b; 2026c).

2 Conjuntura Nordeste

No segundo trimestre, o Nordeste apresentou taxa de desocupação de 7,6%, acima dos 5,4% nacionais, embora tenha recuado 0,6% em relação ao mesmo trimestre de 2025. A região tinha 23.249 milhões de empregos formais, nível de ocupação de 50,1% e rendimento médio real habitual de R\$ 2.645, com crescimento interanual de 4,9%, de acordo com dados da PNAD Contínua (IBGE, 2026a). Notadamente, a melhoria da renda real e a redução do desemprego, favorecem o consumo e os serviços pessoais. Entretanto, o rendimento regional continua inferior à média nacional e o nível de ocupação é menor, o que reduz a capacidade de absorção de choques de juros, preços e endividamento. Assim, a resiliência do trabalho ajuda a explicar o desempenho de alimentação e serviços profissionais em alguns estados, mas não elimina a vulnerabilidade creditícia das famílias, segundo dados do Bacen (2026b). Seguem destaques a partir da tabela 2:

- **Bahia: liderança e maior consistência.** A composição mais robusta mostra diversificação entre serviços empresariais, famílias, informação e transportes reduz a dependência de um único segmento. Contudo, “outros serviços” ainda acumulavam queda real de 6,3% no ano, e transportes permaneciam 1,9% abaixo no acumulado de 12 meses;
- **Rio Grande do Norte: forte aceleração, mas base temporal curta.** Liderou a variação mensal regional, com 3,9% em volume e 4,9% em receita, e altas interanuais de 7,1% e 16,2%. O acumulado foi de 1,8% em volume e 9,7% em receita. A combinação indica aceleração recente, embora a diferença entre o resultado de julho e o acumulado real mais moderado recomende cautela na extrapolação da taxa mensal;
- **Sergipe e Paraíba: desempenho acumulado favorável.** Sergipe teve o maior crescimento acumulado do volume no Nordeste, 3,8%, e receita nominal de 9,9%. Apesar disso, julho trouxe queda mensal de 0,6% no volume e 1,0% na receita, revelando perda de impulso na margem. Na Paraíba, a expansão foi menos intensa em julho, mas mais estável no acumulado: 2,2% em volume e 9,8% em receita nominal;
- **Piauí: expansão moderada e consistente.** O Piauí cresceu 2,9% na margem tanto em volume quanto em receita, com alta interanual de 3,1% no volume e 10,9% na receita. No acumulado, avançou 1,7% em volume e 8,8% em receita. A combinação é favorável, mas mantém distância relevante entre expansão nominal e real;
- **Ceará: recuperação mensal, mas fragilidade acumulada.** Essa divergência indica que faturamento nominal positivo não foi acompanhado por quantidade equivalente de serviços;
- **Pernambuco: faturamento positivo sem expansão real.** Serviços profissionais e outros serviços foram os destaques positivos, enquanto famílias e transportes apresentaram quedas reais de 6,8% e 6,7% em julho;
- **Alagoas e Maranhão: recuperação nominal insuficiente para reverter a fraqueza real.** No caso de Alagoas, sugere-se pressão sobre a capacidade de geração real dos prestadores, sobretudo quando custos e despesas financeiras avançam mais rapidamente que a atividade. O Maranhão teve forte recuperação mensal, +3,2% em volume e +3,0% em receita, mas acumulava queda real de 1,6%. A receita nominal cresceu 5,2% no ano. Assim como no Rio Grande do Norte, a melhora de julho precisa se repetir para caracterizar uma mudança sustentada de tendência.

Tabela 2 – Variação (%) dos índices de volume e de receita nominal do setor de serviço por estado do Nordeste

Estado do Nordeste	Índice de volume de serviços				Índice de receita nominal de serviços			
	Mês/mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal (M/M-1)	Acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	Acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	Mês/mês do ano anterior (M/M-12)	Mês/mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal (M/M-1)	Acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	Acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	Mês/mês do ano anterior (M/M-12)
Alagoas	-3,20	-2,70	-4,30	-3,90	0,30	4,50	4,60	5,40
Bahia	3,20	0,70	3,10	9,70	1,70	7,60	11,00	17,20
Brasil	0,00	2,40	1,90	0,90	0,10	7,50	7,50	7,10
Ceará	0,70	-1,50	-4,50	-2,90	0,90	4,40	2,80	5,70
Maranhão	3,20	-0,70	-1,60	-1,00	3,00	5,10	5,20	6,60
Paraíba	1,30	3,50	2,20	0,60	1,40	9,60	9,80	9,20
Pernambuco	0,30	0,20	-0,40	-1,00	0,70	6,40	7,30	7,40
Piauí	2,90	1,20	1,70	3,10	2,90	7,20	8,80	10,90
Rio Grande do Norte	3,90	1,50	1,80	7,10	4,90	8,30	9,70	16,20
Sergipe	-0,60	4,40	3,80	5,80	-1,00	9,80	9,90	11,50

Fonte: elaboração própria com dados do IBGE (2026c).

Nota: “m/m” representa variação mensal com ajuste sazonal; “a/a”, comparação com igual mês do ano anterior. [pms_2026_jul | PDF]

3 Implicações para Risco de Crédito

3.1 Juros e condições financeiras

A Selic de 14,00% mantém elevado o custo de rolagem e de novas contratações. O Banco Central registrou taxa média de 25,3% ao ano no crédito livre para pessoas jurídicas em abril, além de desaceleração do saldo de crédito e aumento dos pagamentos líquidos de famílias e empresas ao sistema financeiro (Bacen, 2026a; 2026b). A Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito indicou oferta mais restritiva para empresas no segundo trimestre e expectativa de continuidade no terceiro. Para MPMEs, a inadimplência aparece como condicionante central; no crédito ao consumo, destacam-se custo e disponibilidade de *funding* e menor tolerância ao risco (Febraban, 2026a; 2026b).

Implicação regional: empresas de serviços em Ceará, Alagoas, Pernambuco e Maranhão, onde o volume acumulado é negativo, tendem a exigir análise mais conservadora de fluxo de caixa, cobertura do serviço da dívida e dependência de capital de giro. Bahia, Sergipe, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte apresentam indicadores mais favoráveis, mas isso não elimina o risco individual nem substitui a análise financeira do tomador.

3.2 Inflação e margem operacional

O Banco Central projetava inflação de 5,1% em 2026 e identificava risco altista decorrente de expectativas desancoradas, inflação de serviços resiliente, câmbio, petróleo, energia e choques climáticos. A receita nominal crescendo acima do volume pode ajudar o faturamento, mas não garante ampliação de margem, pois salários, energia, combustíveis, aluguel, insumos e juros também podem aumentar (Bacen, 2026a; 2026b).

3.3 Guerra, petróleo e logística

O Copom classificou o ambiente externo como incerto diante dos conflitos no Oriente Médio e da volatilidade de ativos e commodities. O RPM também relacionou o conflito a pressões sobre petróleo, derivados e combustíveis (Bacen, 2026a; 2026b). Para o Nordeste, esse risco é especialmente relevante para transporte, turismo, alimentação e cadeias dependentes de frete. O volume do transporte aéreo nacional caiu 23,6% frente a julho de 2025, e Ceará e Pernambuco apresentaram retrações reais expressivas no grupamento de transportes. Choques adicionais de combustível ou câmbio podem pressionar custos e reduzir demanda, principalmente em empresas com pouca capacidade de repasse.

3.4 Mercado de trabalho e endividamento

O trabalho aquecido e a renda real crescente sustentam consumo e reduzem parcialmente o risco de inadimplência. Entretanto, o Banco Central registrou inadimplência das pessoas físicas em 5,4% em abril, endividamento de 49,8% e comprometimento de renda de 29,3%. A pesquisa da Febraban apontou que 57,1% dos participantes esperavam estabilidade da inadimplência das famílias em 5,6%, enquanto 38,1% esperavam continuidade da alta (Febraban, 2026a; 2026b; Bacen, 2026b). O Nordeste combina melhora do rendimento real com taxa de desemprego superior à nacional e renda média menor. Isso amplia a sensibilidade das famílias a juros, inflação de alimentos e energia e interrupções de renda, com reflexos sobre restaurantes, serviços pessoais, turismo, varejo associado e crédito ao consumo (IBGE, 2026a).

3.5 Risco fiscal, câmbio e prêmio de risco

O Copom alertou que incertezas sobre disciplina fiscal e estabilização da dívida podem elevar a taxa neutra, o prêmio da curva de juros e o custo da desinflação. Há déficit nominal de 9,3% do PIB e dívida bruta de 82,5% do PIB em julho, em ambiente de custo elevado da dívida (Febraban, 2026a; 2026b; Bacen, 2026a). Uma deterioração fiscal pode prolongar juros elevados, pressionar o câmbio e aumentar o custo de *funding* bancário. Setores com margens estreitas, dívida pós-fixada, dependência de importados ou longo ciclo financeiro seriam os mais expostos.

4 Sumário Executivo Setorial

1.1. Ambiente político-regulatório

- O setor de serviços é heterogêneo, com atividades sujeitas a diferentes marcos regulatórios e condições de funcionamento. A Pesquisa Mensal de Serviços abrange empresas formalmente constituídas, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e com receita predominantemente oriunda da prestação de serviços. A pesquisa acompanha cinco grandes grupamentos: serviços prestados às famílias; informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes e correio; e outros serviços. A unidade de investigação é a empresa, e a variável primária é sua receita bruta de serviços, excluídas as receitas financeiras e não operacionais (IBGE, 2026c).
- Assim, não existe um único marco regulatório único. Transportes, telecomunicações, atividades financeiras auxiliares, planos de saúde, resíduos, turismo, serviços profissionais e tecnologia, por exemplo, estão submetidos a ambientes institucionais distintos. Assim, a análise de crédito deve considerar tanto regras específicas de cada atividade quanto fatores transversais, como legislação tributária e trabalhista, proteção de dados, defesa do consumidor, normas ambientais, concorrência e condições de acesso ao crédito. A classificação adotada pela PMS evidencia essa amplitude ao incluir atividades que vão de alimentação, alojamento e serviços pessoais a tecnologia da informação, telecomunicações, transportes, gestão de resíduos, atividades imobiliárias e serviços auxiliares financeiros (IBGE, 2026c).
- No ambiente macroinstitucional, a política monetária permanece restritiva. Em agosto de 2026, o Copom reduziu a Selic para 14,00% ao ano, mas destacou que a inflação ainda estava acima do limite superior da meta, que as expectativas permaneciam desancoradas e que o cenário exigia cautela. O Comitê também ressaltou que incertezas fiscais e dúvidas sobre a estabilização da dívida pública podem elevar a taxa neutra de juros e o prêmio da curva, aumentando o custo da desinflação em termos de atividade econômica (BACEN, 2026a).
- Para o setor de serviços, esse ambiente representa simultaneamente restrição e seletividade. Empresas com elevada necessidade de capital de giro, endividamento pós-fixado, ciclos financeiros longos ou demanda dependente de crédito ficam mais expostas. Em contrapartida, atividades menos dependentes de financiamento, com receitas recorrentes ou capacidade de repasse de custos tendem a apresentar maior resiliência. Esta última avaliação é uma interpretação econômica fundamentada nas condições monetárias descritas pelo Banco Central, e não uma classificação individual de empresas.

1.2. Meio ambiente	- Os aspectos ambientais afetam o setor de serviços de maneira transversal, ainda que com intensidade diferente entre os segmentos. Transportes, turismo, alojamento, alimentação, gestão de resíduos, atividades de apoio à agropecuária, seguros, logística e serviços urbanos apresentam exposição direta à eventos climáticos, disponibilidade hídrica, preços de energia e combustíveis e exigências de gestão ambiental. A estrutura da PMS inclui esgoto, gestão de resíduos, recuperação de materiais e descontaminação, indicando que atividades ambientais integram diretamente a produção de serviços medida pelo IBGE (IBGE, 2026c). - Os riscos ambientais também são indiretos, por meio da inflação e das cadeias de suprimentos. O Copom identificou como riscos altistas os efeitos climáticos sobre a produtividade agrícola e os custos de energia, além de possíveis efeitos secundários de choques de oferta relacionados ao petróleo e seus derivados. Esses fatores podem pressionar alimentação, transporte, hospedagem, serviços pessoais e demais atividades intensivas em energia, mobilidade ou insumos agropecuários (BACEN, 2026a). - No Nordeste, a exposição ambiental merece atenção especial em razão da dependência de recursos hídricos, da relevância econômica do turismo e dos transportes e da conexão de diversos serviços com cadeias agroalimentares. Temperaturas elevadas, estiagens, irregularidade das chuvas e risco de incêndios podem gerar aumento de custos operacionais, interrupções logísticas, redução de demanda em determinados destinos e maior necessidade de investimentos em adaptação. Para fins de risco de crédito, devem ser observados a localização dos ativos, a dependência de água e energia, a existência de fornecedores alternativos, a cobertura de seguros e os planos de continuidade operacional. - A agenda ambiental também cria oportunidades. Serviços de saneamento, tratamento de resíduos, recuperação de materiais, eficiência energética, consultoria ambiental, monitoramento climático e soluções tecnológicas associadas à sustentabilidade podem se beneficiar da demanda por adaptação, conformidade e redução de custos.
1.3. Nível de organização do setor	- O setor apresenta organização institucional elevada, porém fragmentada, reflexo de sua heterogeneidade. Há instituições públicas e privadas que produzem informações relevantes para o acompanhamento da atividade, do trabalho, do crédito, dos preços e das expectativas econômicas. - O IBGE constitui a principal referência para as estatísticas estruturais e conjunturais. A PMS acompanha a evolução dos serviços empresariais e de seus principais segmentos, enquanto a PNAD Contínua permite analisar ocupação, desemprego, formalização e rendimento. A PMS utiliza amostra de 11.124 empresas distribuídas pelas 27 unidades da Federação e divulga indicadores de receita nominal e volume, este último obtido mediante deflação das receitas por índices de preços específicos por atividade e unidade territorial (IBGE, 2026a; 2026c). - O Banco Central do Brasil produz o Relatório de Política Monetária, as atas do Copom, o Relatório Focus e estatísticas de crédito, juros, inadimplência e endividamento. Essas informações são fundamentais para avaliar a demanda, o custo de capital e os riscos financeiros enfrentados pelas empresas prestadoras de serviços. O Banco Central opera sob regime de metas para a inflação, cuja meta é de 3,0%, com intervalo de tolerância de 1,5% a 4,5%, e o Copom define periodicamente a taxa Selic (BACEN, 2026a; 2026b). - A Febraban acompanha a economia bancária, as condições de crédito e os indicadores de atividade por meio de informativos periódicos. Na edição de setembro de 2026, a entidade avaliou que a economia brasileira continuava em processo de desaceleração e destacou a perda de dinamismo de componentes sensíveis ao ciclo econômico e às condições financeiras (FEBRABAN, 2026b). - Além dessas instituições transversais, existem associações empresariais e entidades representativas próprias dos diferentes ramos de serviços. O nível de organização deve ser analisado por segmento, considerando telecomunicações, turismo, transportes, tecnologia, serviços financeiros auxiliares, consultoria, alimentação e demais atividades separadamente.
1.4. Resultados das empresas que atuam no setor	- Os dados disponíveis indicam estabilidade da atividade real, crescimento nominal e elevada dispersão de desempenho. Em julho de 2026, o volume de serviços no Brasil ficou estável frente a junho, enquanto a receita nominal cresceu 0,1%, ambas as comparações com ajuste sazonal. Frente a julho de 2025, o volume avançou 0,9% e a receita nominal, 7,1%. No acumulado de janeiro a julho, os crescimentos foram de 1,9% em volume e 7,5% em receita nominal (IBGE, 2026c). - A composição mensal foi mais favorável do que o resultado agregado sugere: quatro das cinco grandes atividades cresceram em julho. Serviços prestados às famílias avançaram 0,5% em volume, serviços profissionais, administrativos e complementares cresceram 0,6%, transportes e correio aumentaram 0,4% e outros serviços avançaram 0,7%. Em sentido contrário, informação e comunicação caiu 2,5%, neutralizando parte relevante das contribuições positivas. Na receita nominal, informação e comunicação também apresentou retração mensal, de 2,6% (IBGE, 2026c). - Na comparação interanual, os resultados permaneceram positivos na maior parte dos grandes grupamentos, mas com perda de velocidade. Informação e comunicação, que vinha exercendo papel importante na expansão dos serviços, desacelerou de 9,5% em volume em junho para 4,6% em julho. Serviços profissionais, administrativos e complementares cresceram 2,6% em volume e 7,9% em receita nominal em julho. Transportes e correio recuaram 2,7% em volume, apesar do crescimento de 6,9% da receita nominal (IBGE, 2026c). - A diferença entre receita nominal e volume não deve ser interpretada automaticamente como ganho de margem das empresas. A receita nominal mede valores correntes, enquanto o índice de volume resulta da deflação por indicadores específicos de preços. Assim, uma empresa pode apresentar aumento de faturamento nominal e, simultaneamente, enfrentar redução da quantidade de serviços prestados, elevação de custos, aumento das despesas financeiras ou compressão de sua margem operacional (IBGE, 2026c).

1.5. Perspectivas para o setor	- A perspectiva geral é de estabilidade com crescimento moderado no curto prazo, acompanhada de elevada heterogeneidade entre atividades e regiões. Essa classificação decorre da combinação de volume praticamente estável na margem, crescimento interanual ainda positivo, mercado de trabalho resiliente e condições monetárias restritivas. - No curto prazo, a tendência é de atividade contida. O Copom avaliou que a economia brasileira estava em processo de moderação gradual, embora em nível resiliente, com sinais mistos entre setores e mercado de trabalho aquecido. O Comitê afirmou que as evidências de transmissão da política monetária contracionista para a atividade vinham se acumulando e que a inflação pressionada pela demanda exigia manutenção do caráter restritivo da política monetária (BACEN, 2026a). - A expectativa Focus de 4 de setembro apontava crescimento de 1,93% do PIB em 2026, IPCA de 5,00% e Selic de 13,75% ao final do ano. Para 2027, as medianas eram de crescimento de 1,50%, inflação de 4,29% e Selic de 12,00%. Esses indicadores sugeriam desaceleração, mas não uma contração generalizada da economia (BACEN, 2026c). - O mercado de trabalho fornece sustentação parcial à demanda. No 2T2026, o Brasil apresentou taxa de desocupação de 5,4%, população ocupada de 103,057 milhões e rendimento médio real habitual de R\$ 3.738, com aumento interanual de 2,8%. No Nordeste, a desocupação foi de 7,6%, o número de ocupados alcançou 23,249 milhões e o rendimento médio real foi de R\$ 2.645, com crescimento interanual de 4,9% (IBGE, 2026a). - No médio prazo, o cenário pode ser classificado como de expansão moderada e seletiva, condicionada à redução sustentável da inflação, à flexibilização gradual dos juros e à preservação do emprego e da renda. Tecnologia da informação, serviços profissionais, gestão de resíduos, apoio empresarial e atividades vinculadas à modernização organizacional apresentam maior potencial estrutural. Em contrapartida, atividades mais dependentes do consumo discricionário, transporte, turismo e negócios intensivos em capital de giro continuarão mais sensíveis a juros, combustíveis, renda e condições de crédito. - No longo prazo, a perspectiva permanece de expansão, apoiada pela crescente participação dos serviços na atividade econômica, pela digitalização e pela demanda por especialização, logística, informação e terceirização. Essa avaliação de longo prazo tem caráter prospectivo e não constitui projeção quantitativa dos documentos anexados.
1.6. Riscos de mercado	- Juros e crédito: a Selic de 14,00% ao ano mantém elevado o custo de capital, refinanciamento e crédito ao consumidor. O Banco Central avaliou que a política monetária contracionista continuava transmitindo seus efeitos para a atividade econômica (BACEN, 2026a). - Inflação: a projeção do Copom para o IPCA de 2026 era de 5,1%, enquanto o Focus de 4 de setembro apontava 5,00%. Inflação de serviços resiliente, expectativas desancoradas, energia, petróleo, câmbio e choques climáticos permaneciam no balanço de riscos (BACEN, 2026a; 2026c). - Desaceleração da demanda: o PIB cresceu 0,5% no segundo trimestre, mas o consumo das famílias caiu 0,4% e os serviços avançaram apenas 0,2%, evidenciando menor impulso dos componentes sensíveis ao ciclo doméstico (FEBRABAN, 2026b). - Geopolítica e combustíveis: conflitos no Oriente Médio, volatilidade de commodities e possíveis choques sobre petróleo, transporte e comércio internacional podem elevar custos operacionais e logísticos (BACEN, 2026a; 2026b). - Risco fiscal e cambial: incertezas sobre a dívida pública podem elevar os prêmios de risco, pressionar juros e câmbio e encarecer insumos, equipamentos, softwares e serviços contratados no exterior (BACEN, 2026a). - Risco climático: eventos extremos podem afetar energia, abastecimento, alimentos, mobilidade, turismo e logística, além de provocar interrupções operacionais e maior sinistralidade. - Risco de margem: crescimento da receita nominal acima do volume não assegura maior rentabilidade. Custos trabalhistas, energia, combustíveis, aluguel, tecnologia e despesas financeiras podem absorver os reajustes de preços. - Heterogeneidade regional: no Nordeste, Bahia e Rio Grande do Norte apresentaram desempenho mais favorável, enquanto Ceará, Alagoas, Maranhão e Pernambuco mostraram fragilidades no volume real. A avaliação de risco deve considerar estado, atividade e perfil individual da empresa, sem generalização regional. - Concentração e dependência de clientes: empresas dependentes de poucos contratantes, do setor público, de determinada cadeia produtiva ou de contratos sem mecanismos adequados de reajuste tendem a apresentar maior vulnerabilidade. - Transformação tecnológica: digitalização, automação e novos modelos de prestação criam oportunidades, mas também podem reduzir a competitividade de empresas com baixa capacidade de investimento, qualificação e adaptação.

4 Síntese

O setor de serviços é resiliente, mas em desaceleração. Julho teve melhor difusão setorial que junho. O segmento de Informação e comunicação sofreu forte correção mensal; transporte aéreo e segmentos auxiliares permaneceram fragilizados; e o crescimento nominal continuou muito superior ao crescimento do volume. Sob a ótica de crédito, o cenário não recomenda generalizações apenas por estado. Os principais pontos de atenção são: capacidade de geração de caixa real, repasse de custos,

exposição a juros pós-fixados, comprometimento da renda dos clientes, dependência de transporte e combustível, endividamento, garantias e concentração setorial. A Selic ainda elevada, a inflação acima da meta, a incerteza fiscal e os conflitos externos mantêm os riscos assimétricos, apesar da resiliência do trabalho e da expansão nominal das receitas.

Dimensão	Avaliação setorial
Situação corrente	Estável, com crescimento nominal e baixo avanço real
Curto prazo	Estabilidade com viés de expansão moderada
Médio prazo	Expansão seletiva, condicionada a juros e inflação
Longo prazo	Expansão estrutural, com forte diferenciação entre segmentos
Nível geral de risco	Moderado a elevado
Principais condicionantes	Juros, inflação, crédito, renda, custos, geopolítica, clima e heterogeneidade regional
Segmentos relativamente mais resilientes	Serviços profissionais, tecnologia e atividades com receitas recorrentes
Segmentos mais sensíveis	Famílias, transportes, turismo e negócios dependentes de crédito e capital de giro

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 280ª Reunião do Comitê de Política Monetária: 4 e 5 de agosto de 2026**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2026.

_____. **Expectativas de mercado: Focus, relatório de mercado, 21 de agosto de 2026**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2026.

_____. **Relatório de Política Monetária**. Brasília, DF, v. 2, n. 2, jun. 2026.

FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Informativo Semanal de Economia Bancária: de 24 a 28 de agosto de 2026**. São Paulo: Febraban, 2026.

_____. **Informativo Semanal de Economia Bancária: de 7 a 11 de setembro de 2026**. São Paulo: Febraban, 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Serviços: junho de 2026**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

_____. **Pesquisa Mensal de Serviços: julho de 2026**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Brasil, grandes regiões e unidades da Federação, 2º trimestre de 2026**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

Todas as edições do caderno setorial disponíveis em:

<https://www.bnb.gov.br/etene/caderno-setorial>

Conheça outras publicações do ETENE

<https://www.bnb.gov.br/etene>